

**Programa de Capacitação de Gestores Públicos Municipais para o exercício do Planejamento Urbano e Regional “Observatório das Cidades”**

**Program for Qualification of Municipal Public Managers for the exercise of Urban and Regional Planning “Research Center of Cities”**

**Programa de Capacitación de Gestores Públicos Municipales para el ejercicio de la Planificación Urbana y Regional “Observatório das Cidades”**

Prof. Ms Luiz Roberto M. Machado - Mestre em Ciências Ambientais.  
Universidade de Taubaté – Dep. Arquitetura  
Pça Felix Guisard, 120 – Centro – Taubaté-SP  
[arq\\_lrm@terra.com.br](mailto:arq_lrm@terra.com.br)

Prof. Ms Fabio Sanches – Mestre em Ciências Ambientais.  
Universidade de Taubaté – Dep. Ciência Sociais e Letras  
R. Visconde do Rio Branco, 22 – Centro – Taubaté-SP  
[fsanches@unitau.br](mailto:fsanches@unitau.br)

Prof. Dr. José Oswaldo Soares de Oliveira – Doutor em Teoria da Urbanização  
Universidade de Taubaté – Dep. Arquitetura  
Pça Felix Guisard, 120 – Centro – Taubaté-SP  
[jose.oswaldo@uol.com.br](mailto:jose.oswaldo@uol.com.br)

## **Resumo**

O Programa de Capacitação de Gestores Públicos Municipais para o Exercício do Planejamento e Gestão do Território Municipal e Regional “Observatório das Cidades” constitui um conjunto de ações cujo desdobramento se efetivará a partir de duas diretrizes centrais: A configuração de um banco de dados sobre as experiências de elaboração de planos diretores participativos visando à constituição de um Núcleo Regional de Assessoria ao Planejamento e à criação do Observatório da Cidade tem como objetivo principal o acompanhamento das práticas de gestão de políticas públicas, vinculando-as ao programa de educação ambiental na rede escolar dos municípios. A atividade insere-se na perspectiva de promover ações multisetoriais associadas às práticas de gestão do território, para que sejam indicativas à realização de pesquisa social aplicada vinculada à atividades de capacitação e assessoria ao desenvolvimento de processos participativos na implementação do planejamento municipal e regional.

**Palavras-chave:** planejamento municipal e regional, planejamento participativo; políticas públicas capacitação e gestão

## **Abstract**

The Program for Qualification of Municipal Public Managers for the exercise of Urban and Regional Planning “Research Center of Cities” is composed of a series of actions whose unfolding will be accomplished by means of two direction lines: the configuration of a data base on the experiences of elaboration of participative management plans aiming at the constitution of a regional Center of Assessment to the Planning and the creation of the Research Center of Cities that has as its main goal the supervision of the practices of management in public politics which is linked to the Program of environmental education in the public schools of the cities.

**Keywords:** urban and regional planning, participative planning, public politics, qualification and management

## **Resumen**

El programa de capacitación de gestores públicos municipales para el ejercicio de la planificación y gestión del territorio municipal y regional, “Observatório das Cidades”, constituye un conjunto de acciones cuyo desdoblamiento se efectuará a partir de dos directrices centrales: la configuración de un banco de datos sobre las experiencias de elaboración de planos directores participativos, que busquen la constitución de un Núcleo Regional de Asesoría a la Planificación; y la creación del Observatorio de la Ciudad, que tiene como objetivo principal el acompañamiento de las prácticas de gestión de políticas públicas, vinculándolas al programa de educación ambiental en la red escolar de los municipios. La actividad se incluye en la perspectiva de promover acciones multisectoriales asociadas a las prácticas de gestión del territorio que sirvan de indicativo para la realización de investigaciones sociales aplicadas, vinculadas a las actividades de capacitación y asesoría al desarrollo de procesos participativos en la implementación de la planificación municipal y regional.

**Palabras clave:** planificación municipal y regional, planificación participativa; capacitación y gestión de políticas públicas

## **1. Introdução**

O presente artigo apresenta o trabalho desenvolvido na Universidade de Taubaté, mediante a Pró-reitoria de Extensão e Relações Comunitárias, destacando o Programa “Capacitação de Gestores Públicos Municipais para o Planejamento Urbano e Regional”, identificado como Observatório das Cidades. Trata-se de uma proposição, em andamento, a qual vem se associar ao esforço institucional de democratizar o acesso ao conhecimento acadêmico à sociedade, visando Propiciar a construção

de subsídios de modo sistemático, tanto aos setores técnicos como aos segmentos populares, em especial aos estudantes da rede pública de ensino

Ao longo do artigo, apresentam-se as bases teóricas sobre a qual se desenvolveu a proposição, em especial, destacando o complexo processo de urbanização no Brasil. Destaca-se assim, a urbanização contemporânea e também os limites e perspectivas de seu desenvolvimento. No caso, trata-se de compreender este processo, visando também ao seu desdobramento, para viabilizar a participação da sociedade na construção do território planejado. Portanto, em essência, os objetivos principais do presente Programa voltam-se à socialização do conhecimento produzido, mas estabelecendo esta socialização numa linguagem acessível a amplos setores da sociedade, inclusive favorecendo a possibilidade de reciclagem dos setores técnicos dos órgãos públicos, muitas vezes, com difícil acesso ao aprimoramento científico, em seu dia-a-dia.

Estes objetivos, assim, vêm ao encontro do atual estágio e dificuldades encontradas no campo de planificação e da participação popular, como pode ser verificada na inexpressiva presença e discussão social dos atuais Planos Diretores Participativos, em andamento na região do Vale do Paraíba. Parte desta constatação remonta ao desconhecimento destes instrumentos e, especialmente, de seu papel de ordenamento da realidade futura das cidades e da região, por parte destes agentes: da sociedade e do quadro técnico.

Ao longo do texto, apresentam-se aspectos da metodologia e também de parte dos resultados já obtidos, como ainda, vislumbra-se algumas perspectivas de trabalhos em curso.

## 1.1 Objetivos

O presente projeto se estrutura, buscando construir canais para se estabelecer entre a produção do conhecimento produzido, a possibilidade de ser sistematizada e disponibilizada a consulta pública “*on line*” – Acervo de Dados organizados em Portal do Vale - como também mediante, a análise crítica dos dados por integrantes da própria rede de pesquisadores e colaboradores, além de contar com contribuições da coletividade, oriunda de quadro técnico e social a ser capacitado. Este quadro, compreendido como agentes multiplicadores da prática participante da gestão e planificação do espaço social e campo da planificação regional. Inicialmente, projetados a partir de experiência piloto no município de Taubaté, a partir de construção de parceria de trabalho com o poder executivo municipal, além de outras instituições públicas, no caso relacionadas à rede escolar.

Soma-se a este o compromisso criar recursos técnicos para mediar o conhecimento produzido em linguagem, ou seja, traduzir as informações codificadas pela academia e demais instituições, em mensagens acessíveis, expressas em novas linguagens, próximas ao universo da população, em especial da rede escolar pública. Nesse caso, destacam-se a elaboração de produtos, como: Painéis, Gráficos, Históricos da Urbanização (cartografias, fotos, textos elucidativos); Mapas (etapas do processo histórico e contemporâneo da urbanização das cidades). Entre os objetivos específicos

encontram-se: a produção de recursos técnicos para a socialização do conhecimento no tocante ao processo histórico de produção de urbanização; a capacitação de quadro técnico no setor da planificação da região de geoinfluência do Vale do Paraíba paulista, mediante cursos e seminários; e a constituição de Portal de Dados e Análises sobre as cidades e região do Vale do Paraíba paulista, consolidando-se através de:

- a) Criação de página em *web*, aberta à consulta, em sistema de rede virtual;
- b) Organização de banco de dados referentes aos planos diretores dos municípios de Taubaté, Tremembé e Pindamonhangaba;
- a) Elaboração de painéis do processo histórico das cidades e região;
- b) Capacitação de quadro técnico de gestores e planejadores na temática e ação participativa por meio de cursos de extensão universitária e pós-graduação (*lato sensu*);
- c) Criação de Seminários internos e Fóruns Coletivos para conhecer e ampliar as experiências, as visões presentes, voltados à capacitação do quadro técnico regional;
- d) Estabelecimentos de parâmetros institucionais e técnicos, passíveis de serem orientadores do desenvolvimento regional, compatibilizando demandas locais municipais e micro-regionais ao desenvolvimento estadual e nacional.

## 2. Revisão Bibliográfica

O processo de urbanização no Brasil imprimiu à organização do território uma marca caracterizada pela expansão periférica, pela segregação socioespacial e desigualdade socioambiental, resultantes das formas de inclusão precária aos quais foram submetidas amplas camadas da sociedade, configurando assentamentos precários, desprovidos de padrões urbanísticos, idealizados na esfera do poder público e referenciados nas premissas do planejamento urbano contemporâneo.

Autores como Maricato (1997, 2001) Rolnik (1997), bem como Villaça (1986), já realizaram exaustivas análises sobre esse processo.

O processo de urbanização no Brasil, que se acelerou na década de 1970, revelou a complexidade dos problemas que passaram a constituir o cenário das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Um indicativo da velocidade desse processo e da dinâmica socioespacial dele resultante se revelou no fato de que, em 1950, a população urbana representava 36% dos 18 milhões de habitantes do país, ao passo que, em 2004, esse índice elevava-se a 82%, de um total de 169 milhões de habitantes, como apontam Ribeiro e Cardoso (1994).

Instaurados ao longo desse processo, os modelos de planejamento praticados tiveram perfil eminentemente técnico e foram exercidos fundamentalmente na esfera do poder público, como setor que concentrava recursos disponíveis para investir nessa atividade, somado ao fato de se crer que não havia cultura suficiente na sociedade para participar, de forma direta, das decisões sobre os destinos da gestão do território.

Entre os meados da década de 1960 e 1970, intensifica-se a hegemonia do Serviço Federal de

Habitação e Urbanismo (SERFAU) e o Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM) para as cidades de médio e grande porte do Estado de São Paulo, como centros irradiadores de parâmetros de planejamento territorial a serem aplicados em escala nacional.

O planejamento sempre se associou ao binômio saber/ação - diagnóstico /intervenção. Para Villaça (1986), isso é característica de todo o pensamento urbanístico, desde socialistas utópicos (Fourrier, Owen), passando por tecnocratas como E. Howard e pelos modernistas, crença no diagnóstico científico e na técnica (Plano Diretor) como receita de solução para os “problemas urbanos”.

Isso demonstra a supremacia da razão tecnocrata no planejamento, que, para Villaça (1986), sempre acabou tendo uma forte carga ideológica, e aqui no Brasil, marcado pelo domínio do discurso, raramente foi aplicado.

Em linhas gerais, no Brasil, houve duas “linhagens” de planejamento: uma, que se inicia nos planos de embelezamento, que gera os Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado (PDDIs) e outra, baseada nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), que gera Brasília e uma série de cidades novas de caráter moderno em seu planejamento.

O resultado, historicamente construído pelas práticas de planejamento, não impediu que se consagrasse:

- O contraste entre uma parte qualificada e uma parte que apresenta vários graus de desqualificação, em geral maior do que a primeira;

- A reafirmação de uma estrutura e de uma forma urbana que reproduzem a desigualdade socioambiental;

- A ameaça às regiões de preservação ambiental, devido às ocupações ilegais realizadas de forma precária no território:

- As dinâmicas do mercado imobiliário como produtoras de desigualdades no preço da terra;

- A ampliação de regiões que apresentam fragilidades ambientais que se tornam a “válvula de escape” das ocupações mais precárias, que não conseguem ocupar as melhores partes da cidade.

Nesse sentido, duas questões se apresentam correlatas no que tange à distância entre planejamento e as transformações objetivas no território que possibilitaram a configuração de um cenário urbano mais igualitário, ou ao menos, de minimização de contrastes.

A primeira refere-se ao hiato entre planejamento e gestão, seja pela ausência de processos, instrumentos e mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos resultados que representassem legitimidade no corpo social, seja pela ausência de correspondência entre as diretrizes e instrumentos previstos e a alocação de recursos resultantes da formulação e aplicação do orçamento no âmbito do município. A segunda refere-se à dificuldade de alcançar níveis de desenvolvimento socioespacial compatíveis com a promoção de justiça social e de qualidade de vida para a maioria dos habitantes dos municípios brasileiros.

O quadro resultante da emergência de problemas urbanos associados aos modelos de planejamento praticados gerou, entre outros processos, o reforço das desigualdades promovidas pelo mercado

imobiliário; a legitimação das posições privilegiadas do território com o estatuto de “regular” e punindo os desfavorecidos com o estigma e com as dificuldades da “ilegalidade”; a elaboração de Planos Diretores gigantescos, sem relação com a capacidade de investimento do poder público; a legitimação indireta de remoções e despejos e o aumento da vulnerabilidade das áreas de preservação ambiental frente às ocupações predatórias.

Ao longo dessas últimas quatro décadas, cabe destacar as tentativas de profissionais da área de planejamento urbano e regional, de movimentos sociais e de pesquisadores em promover debates e propor alternativas aos modelos estabelecidos e a solução de problemas, tais como os já mencionados acima.

Com a regulamentação dos postulados do Estatuto da Cidade, tornou-se evidente a preocupação, contida em seus artigos 40 a 43, que busca estabelecer as diretrizes e exigências para garantir a participação popular na gestão do território.

As Resoluções 25 e 34 do então criado “Conselho das Cidades” contribuíram para reafirmar e normatizar os parâmetros que consagram a participação popular na gestão urbana.

Pensar sob a perspectiva da participação popular é refletir sobre as possibilidades de se transferir poder para setores mais amplos da sociedade, em busca de sua emancipação e autonomia.

Essa possibilidade, no entanto, de transformação das relações sociais e promoção de efetivo exercício de cidadania apenas se materializará, segundo Souza (2004), quando forem alcançados estágios de desenvolvimento socioespacial que puderem ser medidos pelo grau de justiça social e níveis de qualidade de vida que se lograr atingir.

Mas, por que empregar o conceito de desenvolvimento socioespacial que, na contemporaneidade, ampliou-se para desenvolvimento sustentável ou socioambiental? Socioespacial/ambiental, na medida que entendermos como Souza (2004, p. 61), ser o espaço/ambiente, palco, território, recurso em si, arena, lugar simbólico, identitário, no qual se materializa a vida em sociedade e que se torna a base material para o acesso às possibilidades de pertencer, de fato, à urbanidade e suas conquistas.

A tese produzida por Henri Lefebvre (1968, *apud* Reschilian, 2004) é esclarecedora quanto ao papel do espaço, ou seja, do território, como meio que possibilita ao capital se reproduzir e garantir controle social a uma minoria da população habitante da cidade. Sensíveis a essa compreensão, setores da intelectualidade brasileira, associados, muitas vezes, a setores organizados da sociedade civil e a movimentos sociais passam a empreender uma jornada na busca da reversão de um quadro de ocupação e gestão do território que contribui, cada vez mais, para a segregação e espoliação urbanas e para formas de inclusão precária.

O cenário, no qual o princípio da participação popular e a perspectiva de gestão democrática da cidade se afirmam, deriva de um consenso no qual a complexidade das questões urbanas

resultantes da dinâmica socioespacial contemporânea requer envolvimento de diferentes atores sociais na busca de legitimação de ações, visando ao alcance de desenvolvimento mais equilibrado. Torna-se importante ressaltar que, em que pesem as diretrizes do Estatuto da Cidade e as resoluções 25 e 34 do Conselho das Cidades no que tange à participação popular e à gestão democrática da cidade, há um longo caminho a percorrer para o cumprimento de tais pretensões. As possibilidades ou a efetividade destas diretrizes poderão se dar, na medida em que se permita aferir na organização do território a amplificação dos níveis de qualidade de vida e de justiça social, promovidos nas ações de planejamento.

Porém, o que parece ser essencial para a construção de uma ação autonomista e emancipatória da sociedade, na perspectiva da elaboração do planejamento territorial de forma participativa, é a capacitação e qualificação dos atores sociais, especialmente os representantes dos setores populares, uma vez que são esses, os grupos sociais mais afetados pela falta de investimentos públicos e pela precariedade das estruturas habitacionais urbanas.

Há que se ressaltar um outro elemento importante a ser considerado para a elaboração de processos participativos constitutivos de um novo planejamento. As diretrizes do Estatuto da Cidade transferiram ao município a atribuição de legislar sobre o uso do território, incluindo a área rural. Ou seja, caberá aos municípios a tarefa de planejar o conjunto do território em sua totalidade.

Se mencionamos a importância de qualificar e capacitar os atores sociais, será preciso capacitar os técnicos de planejamento para desenvolver métodos e parâmetros apropriados de análise da dinâmica socioespacial rural, incluindo-se nesse contexto as expectativas e perspectivas socioculturais dos moradores da denominada zona rural. A situação se torna mais complexa, na medida em que, atualmente, há contingentes populacionais habitantes de municípios, cuja atividade econômica, seja de indivíduos ou famílias, seja daquela desenvolvida na propriedade rural, não se associam diretamente a atividades de agricultura, pecuária piscicultura, granjas, etc.

### **3. Materiais e Método**

Logo no início do trabalho verificou-se a necessidade de se desenvolver pesquisa e de se fazer levantamento de dados cartográficos, bibliográficos e documentais sobre a elaboração e desenvolvimento dos planos diretores dos municípios de Taubaté, Tremembé e Pindamonhangaba, como um “projeto piloto”, para, posteriormente, expandir a metodologia de trabalho, gradativamente, aos demais municípios do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira. Os dados, arquivos digitais e publicações oficiais, foram adquiridos junto às prefeituras, agências governamentais, organizações não-governamentais e aos movimentos sociais envolvidos no processo de elaboração dos planos diretores dos municípios citados.

A cartografia disponível e suas interpretações foram organizadas em um banco de dados, no qual foram normatizados metodologicamente para posteriormente serem disponibilizados em um *link* intitulado “Observatório das Cidades”, no *site* da Universidade de Taubaté.

Tais produtos cartográficos digitais originalmente estavam disponíveis em formato DXF e DWG, referentes às características espaciais urbanas, plano viário, estrutura de saneamento básico (água e esgoto), e demais mapas temáticos. Após análise e normatização, foram transformados em extensões WMF, para fins de disponibilizá-los por meio da internet.

Uma vez analisados os dados referentes às ações dos planos diretores municipais e estipulados os parâmetros institucionais referentes às singularidades e semelhanças de cada proposta municipal, o “Observatório das Cidades” se propõe a oferecer aos respectivos órgãos públicos, organizações civis municipais (conselhos municipais, associações de moradores, Câmara Municipal etc), funcionários municipais direta e indiretamente envolvidos com a questão organizacional, cursos de extensão universitária de capacitação técnica nos quais a tônica central seja a gestão pública.

O estreitamento das relações entre o “Observatório das Cidades”, o “Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba” (CODIVAP) e os produtos obtidos mediante tal parceria, permitirá subsidiar a constituição de um Núcleo Regional de Planejamento e Gestão Territorial.

O Núcleo Regional de Planejamento e Gestão Territorial (NURPLAGET) apresentar-se-ia como um espaço para a discussão, análise de questões de ordem de planejamento e gestão territorial regional, a fim de apresentar propostas de ações acadêmico-práticas aos municípios regionais.

Por fim, como produto voltado à comunidade escolar, sobretudo no que se refere à formação e multiplicação de futuros agentes sociais envolvidos com a questão organizacional municipal, o observatório das cidades promoverá, por meio de ação junto à rede escolar, programa de educação ambiental e ação cidadã para o exercício da participação social, atuando junto às secretarias e diretorias de ensino dos municípios da região, enfatizando o município de Taubaté, através da integração das atividades de extensão educativa, voltadas ao trabalho de constituição de painéis sobre a urbanização e planificação dos municípios de geo-influência da região do Vale do Paraíba, e a sua socialização junto a rede escolar pública municipal e estadual dessa região, mediante a utilização de linguagens acessíveis e adequadas para sua interação com as diversas faixas etárias escolares do Ensino Fundamental e Médio.

#### **4. Resultados preliminares**

Após a fase de levantamento de dados e informações referentes aos municípios do “projeto piloto” (Taubaté, Tremembé e Pindamonhangaba), análise e sistematização das informações, verificou-se que: os planos diretores dos municípios relacionados estão em sua fase final de elaboração e

apresentação. Mesmo assim, observa-se que não houve, em nenhum momento, uma aproximação entre as equipes de elaboração, sobretudo nas discussões que envolvem questões de contexto microregional (tratamento de resíduos, mananciais de abastecimento, sistema viário e de transporte, políticas de habitação, lazer e saúde, etc).

Em relação ao desenvolvimento do *site* “Observatório das Cidades” foi necessário efetuar o tratamento dos dados, em especial das imagens e cartas temáticas, com o objetivo de criar uma uniformidade de apresentação, leitura e adequação da linguagem para que eles pudessem ser veiculados na rede virtual.

Paralelo a esse trabalho, propôs-se a criação de um curso de extensão universitária intitulado “Plano Diretor Participativo: desafio e perspectivas na implantação” com um total de 24 horas, voltado à comunidade acadêmica regional, técnicos municipais e a sociedade civil organizada, sobretudo às associações de bairros.

Considerando a divulgação de atividades vinculadas ao “Observatório das Cidades”, a equipe ministrou ciclo de palestras com as temáticas de alternativas de transporte público urbano e, gestão socioambiental urbana. Além de programas na Rádio e TV UNITAU e TV Metropolitana.

Nas escolas públicas municipais, foram desenvolvidos 6 ensaios pelos estudantes do 2º ano de Arquitetura e Urbanismo, na disciplina de Fundamentos Socioeconômicos da Arquitetura Urbana (Oliveira e Reschilian). Nestes trabalhos os alunos desenvolveram os conteúdos aprendidos sobre a urbanização brasileira, desdobrando-os em temas para os estudantes da rede escolar, associados à realidade dos bairros das escolas envolvidas.

A partir desses ensaios, e nos realizados nos anos anteriores, a equipe de estudantes do “Observatório das Cidades” está retomando a bibliografia básica estudada (Oliveira, 1982, O Estado Urbano no Brasil), para desenvolver recursos pedagógicos apropriados à linguagem das séries da Educação Básica. Parte desse trabalho foi exposto na feira de profissões da Universidade de Taubaté no ano de 2007, sob o título de “Acerte o Passo”, destacando a parte de audiovisual e de painéis, além de monitoria aos estudantes/visitantes.

O conjunto desse trabalho, ainda em estruturação e aplicação, está servindo de base para a continuidade dos trabalhos junto à rede escolar, ainda nesse ano letivo de 2007, com previsão para os anos de 2008, buscando socializar o acesso ao conhecimento sobre a urbanização brasileira, em especial em contraponto aos estudos da urbanização da realidade taubateana.

## Referências

CHAUI, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Primeiros passos, 13)

COELHO, T. **O que é utopia**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Primeiros passos, 12)

DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo. FUPAM/EDUSP, 1999.

FERNANDES, F. **A Revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IGLÉSIAS, F. **História e Ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

KOWARICK, L. (Org.) **As Lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Brasil cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

OLIVEIRA, F. O estado e o urbano no Brasil. **Revista Espaço e Debates**. São Paulo, Cortez, 1982.

OLIVEIRA, J. O. S. de. **A quem interessa a urbanização clandestina?** São Carlos - SP, Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - EESC-USP, 1991. (Mimeogr.)

\_\_\_\_\_. **Dos campos da Mantiqueira aos Campos do Jordão**. São Paulo. Monografia apresentada à disciplina Apropriação da Terra e Trama Urbana no Brasil do curso de doutorado da FAUUSP, 1992.

\_\_\_\_\_. **A estância moderna internacional: A experiência do CPEU - FAUUSP em Campos do Jordão - SP**. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 2, 1997, Salvador. *Anais* ... Salvador: UFBA, 1997.

\_\_\_\_\_. **A estância moderna internacional**. São Paulo. Trabalho apresentado à disciplina Os processos de Planejamento e de Projeto Urbano do curso de doutorado da FAUUSP, 1992.

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

QUEIROZ RIBEIRO, L.C. e PECHMMAN, R. (Org.) **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

QUEIROZ RIBEIRO, L. C. Transferência, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: QUEIROZ RIBEIRO, L.C.; PECHMMAN, R. (Org.) **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

QUEIROZ RIBEIRO, L. C.; CARDOSO, AA.L. Da cidade à nação. Gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: QUEIROZ RIBEIRO, L.C.; PECHMMAN, R. (Orgs.) **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

RESCHILIAN, P. R. **Elementos de Construção do Ensino de História da Arquitetura Brasileira e Exemplos de sua Divulgação em São Paulo: 1994-1999**. São Paulo: FAU/USP, 1999.

RESCHILIAN, P.R. **A Produção de Assentamentos Precários em São José dos Campos: a Favela Nova Tatetuba, um Exemplo para Análise**. Tese de doutoramento. São Paulo: FAU/USP, 2004.

RIBEIRO, L. C.; CARDOSO, A. L. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. **Revista Espaço e Debates**. São Paulo, NERU, n.: 37, p.77-89, 1994.

SCHIFFER, S. R. São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional In: DEÁK, C.

SCHIFFER, S. R. (Orgs.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: FUPAM/EDUSP, 1999.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SZMRECSANYI, M. I. Produção, apropriação e organização do espaço na economia cafeeira: contrastes entre o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista (1800-1930). **Revista Sinopses**, São Paulo, FAUUSP, n.5. 1984.

\_\_\_\_\_. Rio e São Paulo: Raízes da Substituição da Metrópole Nacional. In: **Revista USP**, São Paulo: EDUSP, n.17, mar./mai. 1993.

TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: QUEIROZ RIBEIRO, L.C.; PECHMMAN, R. (Orgs.) **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.